

# Em um momento contrarrevolucionário, o que vem a seguir?

144

Antonio V. B. Mota Filho <sup>1</sup>

## Resumo

A ascensão mundial da extrema-direita tem chamado atenção para a “crise da democracia”. Para além de aspectos conjunturais recentes, é possível rastrear a crítica aos aspectos sociais da democracia até as origens do neoliberalismo, compreendido como um movimento político contrarrevolucionário. A questão da democracia passou ao centro da atuação dos movimentos de esquerda, o que exige uma reflexão sobre o conteúdo político da democracia burguesa e sobre as formas de atuação em um momento contrarrevolucionário. O presente trabalho aborda as formulações de Rosa Luxemburgo sobre a importância da democracia e sobre a atuação do movimento socialista em períodos de refluxo político no contexto da sua militância no Império Russo. Ao recuperar de forma crítica as ideias da revolucionária polonesa, busca-se contribuir com a formulação de possíveis respostas aos desafios políticos contemporâneos.

**Palavra-chave:** Democracia; Socialismo; Contrarrevolução; Neoliberalismo.

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP) e, atualmente, em período pós-doutoral no Instituto de Estudos Brasileiros (USP) e no laboratório Mondes américains (École des hautes études en sciences sociales - Paris). | [vogaciano@gmail.com](mailto:vogaciano@gmail.com)



## Resumen

El ascenso global de la extrema derecha ha llamado la atención sobre la “crisis de la democracia”. Además de los aspectos coyunturales recientes, es posible rastrear la crítica de los aspectos sociales de la democracia hasta los orígenes del neoliberalismo, entendido como un movimiento político contrarrevolucionario. La cuestión de la democracia ha pasado al centro de las acciones de los movimientos de izquierda, lo que exige una reflexión sobre el contenido político de la democracia burguesa y sobre las formas de acción en un momento contrarrevolucionario. El presente trabajo aborda las formulaciones de Rosa Luxemburgo sobre la importancia de la democracia y el papel del movimiento socialista en períodos de reflujo político en el contexto de su activismo en el Imperio ruso. Al recuperar críticamente las ideas de la revolucionaria polaca, buscamos contribuir a la formulación de posibles respuestas a los desafíos políticos contemporáneos.

**Palavras-chave:** Democracia; Socialismo; Contrarrevolución Neoliberalismo.

## Abstract

The worldwide rise of the far right has drawn attention to the ‘crisis of democracy’. Beyond recent conjunctural aspects, it is possible to trace the criticism of the social aspects of democracy back to the origins of neoliberalism, understood as a counter-revolutionary political movement. The question of democracy has moved to the centre of the work of left-wing movements, which requires reflection on the political content of bourgeois democracy and the ways of acting in a counter-revolutionary moment. This paper deals with Rosa Luxemburg’s formulations on the importance of democracy and on the actions of the socialist movement in periods of political reflux through her work on the Russian Empire. By critically recovering the ideas of the Polish revolutionary, it seeks to contribute to the formulation of possible responses to contemporary political challenges.

**Keywords:** Democracy; Socialism; Counterrevolution; Neoliberalism.

## Introdução

Desde os anos 1970, a economia capitalista tem passado por profundas transformações, as quais têm gerado repercussões sobre os sistemas políticos. Ainda que sua retórica esteja vinculada sobretudo a questões econômicas, o neoliberalismo nasce e se desenvolve em oposição às transformações políticas que abriam espaço para reformas econômicas. No caso do centro do capitalismo, o alvo principal era o Estado de bem estar social. Na periferia, o alvo eram os movimentos de libertação nacional e os diferentes experimentos socialistas, como o governo Allende (Slobodian, 2018).

Trata-se, portanto, de um movimento político de caráter contrarrevolucionário que tem funcionado como substrato comum para atores conservadores. O governo de Jair Bolsonaro ilustra essa constatação.



Parte da sociedade acreditava que a extrema direita estava definitivamente vencida desde o fim da ditadura em 1985 e, sobretudo, após a aprovação da Constituição de 1988. O golpe de 2016 e as eleições de 2018, contudo, expuseram a fragilidade da democracia brasileira.

A questão da democracia se transformou em um elemento central, sobretudo para os setores de esquerda. Ainda que a defesa da democracia seja fundamental, sem uma definição precisa do seu conteúdo, corre-se o risco de permanecer em um âmbito particularmente superficial: vista de forma abstrata, a democracia é facilmente entendida como a manutenção da ordem estabelecida na transição e na Constituição de 1988. Trata-se de uma perspectiva duplamente problemática pois, por um lado, não questiona os pilares da transição pactada pela ditadura, em que não houve uma justiça de transição, e, por outro, mantém-se presa a uma idealização da Constituição de 1988, sem levar em consideração as várias contrarreformas que ocorreram desde então. Sobre a justificativa de preservar “as instituições”, corre-se o risco de cristalizar uma visão burguesa de democracia, em que os direitos sociais têm sido restringidos em nome da austeridade e da governança pró-mercado, e em que o fantasma do golpe de estado de 1964 e o papel intervencionista das Forças Armadas na política cotidiana seguem sem ter o tratamento político necessário.

Historicamente, o movimento socialista tem refletido sobre o conteúdo da democracia e sobre a atuação em períodos de refluxo das forças revolucionárias. A situação contemporânea se inscreve, portanto, em uma longa história da luta revolucionária, marcada por avanços e por recuos. A recuperação crítica de algumas das ideias desenvolvidas anteriormente pode indicar elementos de uma resposta coerente aos desafios contemporâneos. O objetivo deste artigo é recuperar parte da reflexão sobre a democracia desenvolvida pela socialista polonesa Rosa Luxemburgo. Importante revolucionária do período da Segunda Internacional, ela é mais conhecida pela sua militância no Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Contudo, durante toda sua atuação política, Luxemburgo desenvolveu uma fecunda reflexão sobre a situação do Reino da Polônia, região ocupada pelo Império Russo. Logo, nos seus textos poloneses é possível perceber uma preocupação permanente sobre o czarismo e a importância da luta democrática no contexto de um regime político reacionário.

Além dessa breve introdução, o artigo foi dividido em três seções: “Rosa Luxemburgo e a questão da democracia no Império Russo”, em que se



retoma reflexão da autora sobre os desafios políticos que o czarismo representava para o movimento socialista; “Do impasse político à ação: a importância do texto ‘Lições das três Dumas’”, em que se analisa o diagnóstico de Luxemburgo sobre a situação política do Império após a derrota da Revolução de 1905; e uma breve conclusão.

## 1. Rosa Luxemburgo e a questão da democracia no Império Russo

A obra que marca a estreia de Rosa Luxemburgo no movimento socialista alemão, a brochura *Reforma ou Revolução?*, escrita entre 1898 e 1899 no âmbito da polêmica com o revisionismo, ilustra algumas de suas ideias sobre a questão da democracia (LUXEMBURGO, 2011). Segundo a autora, não há que escolher entre um ou outro formato da luta política: ambos são necessários para a classe trabalhadora. Luxemburgo insiste, contudo, que os dois tipos de ação são qualitativamente distintos: a revolução não é um conjunto de reformas condensadas, assim como a reforma não é uma revolução feita a longo prazo em pequenas mudanças parciais. A revolução significa a tomada de poder pela classe trabalhadora e a reforma é o âmbito imediato de ação política, que permite o aprofundamento da consciência de classe e a compreensão das possibilidades da democracia burguesa, como a possibilidade do direito de associação, e de seus limites, como a consagração da propriedade privada como *pièce de résistance* do modo de produção.

Menos conhecida, contudo, é sua reflexão sobre a questão da democracia em sua militância do Império Russo. Luxemburgo nasceu em 1871 na cidade de Zamosć, no chamado Reino da Polônia, parte da Polônia ocupada pelo Império Russo desde o Congresso de Viena de 1815. Em 1874, os Luxemburgo se instalaram em Varsóvia com a esperança de um futuro melhor para seus filhos. Na capital, tiveram acesso a uma boa educação, sobretudo Rosa, que pode realizar seus estudos secundários no único liceu da cidade que aceitava mulheres (MILLS, 2020, p. 15). Data também dessa época o seu interesse pelo marxismo, quando ela se aproxima dos militantes do partido Proletariado - mais precisamente, do Segundo Proletariado, uma vez que a primeira organização com esse nome foi duramente reprimida pela polícia czarista e acabou se dissolvendo (ABRAHAM, 1989, p. 21).

Em 1889, o governo russo voltou a perseguir o Proletariado e frente aos rumores de que poderia ser presa, Luxemburgo fugiu da Polônia e se



instalou na Suíça, primeiramente em Genebra e depois em Zurique, onde fez seu doutorado (FRÖLICH, 2019, p. 53), uma vez que a Universidade de Zurique havia permitido o ingresso de mulheres em seus cursos. Muitos emigrantes políticos se estabeleceram na Suíça, tornando esse país uma importante colônia socialista para russos e poloneses.

Na Suíça, junto com outros militantes socialistas poloneses, Luxemburgo criou, em 1893, a Social-Democracia do Reino da Polônia ("Socjaldemokracja Królestwa Polskiego" - SDKP)<sup>2</sup>, partido do qual foi dirigente. Naquele mesmo ano, participou do terceiro Congresso Socialista Internacional, instância máxima da Segunda Internacional, realizado em Zurique. Seu mandato de delegada acabou não sendo validado pela direção do Congresso, mas, antes de ser retirada da reunião, Luxemburgo apresentou um detalhado relatório sobre a situação política e econômica da Polônia, no qual afirma que "a luta por um regime democrático, é a escola que o proletariado deve necessariamente viver plenamente até que esteja em condições de derrubar a sociedade atual" (LUXEMBURG, 1982, p. 7). Aprofundando sua reflexão e vinculando-a diretamente ao contexto do Império Russo, Luxemburgo afirma que

cada acontecimento demonstra de forma clara e evidente que o absolutismo é uma barreira que torna impossível toda melhoria da condição atual da classe trabalhadora, que ele se interpõe sempre no caminho das aspirações socialistas, que todos os esforços do proletariado devem ser empenhados em *arrancar violentamente do czarismo uma constituição democrática* (LUXEMBURG, 1982, p. 9 - tradução e grifo nossos).

A necessidade de "arrancar violentamente" uma constituição democrática indica dois elementos da análise de Luxemburgo. Em primeiro lugar, a possibilidade de algum tipo de pactuação com o czarismo é descartada *a priori*, já que esse tipo de arranjo comprometeria a autonomia da ação da classe trabalhadora. Em segundo lugar, Luxemburgo evidencia que o contexto do Império Russo não é o mesmo dos países da Europa ocidental, nos quais as revoluções liberais dirigidas pela burguesia

---

<sup>2</sup> A partir de 1899, com a fusão com a Social-Democracia da Lituânia, o partido de Luxemburgo passa a chamar-se Social-Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia (SDKPiL).



conseguiram estabelecer direitos civis e políticos. Aliada ao czarismo, a burguesia do Império tinha um caráter reacionário. Frente ao bastião do reacionarismo, a conquista de direitos e de garantias democráticas seria uma consequência da luta da classe trabalhadora.

A questão da democracia no contexto russo voltou ao centro da atenção de Luxemburgo no período da Revolução de 1905, ano marcado pela ascensão política das massas no Império. No começo de janeiro, dois estivadores foram demitidos do estaleiro naval de São Petersburgo, gerando reação imediata dos demais trabalhadores dos estaleiros da cidade, que iniciaram uma greve. Em pouco tempo, a paralisação se espalhou por toda a cidade. Então, os trabalhadores formularam uma petição endereçada ao Czar Nicolau II, com dezoito exigências de reforma do sistema político russo. No dia 22 de janeiro, cerca de duzentos mil trabalhadores grevistas, liderados pelo padre ortodoxo Georgy Gapon, líder da “Assembleia de Trabalhadores Russos de Fábricas e Moinhos de São Petersburgo” - organização cujo funcionamento era acompanhado de perto pelas autoridades policiais russas - se dirigem ao Palácio de Inverno com a esperança de entregarem ao czar a petição política. Ao se aproximarem do Palácio, o exército russo dispersou brutalmente a manifestação, deixando centenas de pessoas mortas e feridas. O “domingo sangrento”, como ficou conhecido o episódio, teve como efeito direto aumentar o apoio ao movimento grevista.

Seguiu-se um vasto e espontâneo movimento de greve, tornando os trabalhadores industriais russos uma poderosa força revolucionária. Um dia após o massacre de São Petersburgo, cerca de 160.000 trabalhadores na Rússia se abstiveram de trabalhar em protesto, dos quais 45.000 eram apenas da região de Moscou. Durante o mês de janeiro, 410.000 trabalhadores entraram em greve sem precedentes em todo o Império, o que provocou uma completa desordem. (ZIMMERMAN, 2004, p. 194-195 - tradução nossa).

Após meses de intensa mobilização política, que rapidamente se espalhou por todo o Império, o czar Nicolau II publicou o manifesto sobre a melhoria da ordem estatal, mais conhecido como “Manifesto de Outubro”. Expressando preocupação com o crescimento das manifestações em todo o Império e temendo pela sua integridade e unidade, o Manifesto garantia direitos civis e liberdades essenciais como “verdadeira inviolabilidade da



pessoa, liberdade de consciência, de expressão, de reunião e de associação”<sup>3</sup>. Além disso, ampliava o direito de voto na eleição do parlamento russo, a Duma, para todas as classes.

As consequências do Manifesto foram ambíguas. Por um lado, a abertura política, ainda que parcial, permitiu melhorar a organização das atividades políticas e sindicais. Como afirma Frankel (1981, p. 156 - tradução nossa): “Provavelmente o aspecto mais emocionante da vida política no período pós-Outubro foi a liberdade de expressão agora permitida em um grau muito maior do que antes”. Reuniões políticas eram organizadas diariamente, novos jornais publicados e os sindicatos ganhavam novos membros. Por outro lado, a publicação trouxe mudanças na situação política do Império. Com as concessões do Manifesto, Nicolau II conseguiu recuperar um pouco do apoio social perdido ao longo das manifestações, uma vez que atendia parte das demandas exigidas pelos opositores.

Em dezembro de 1905, o governo divulgou os detalhes do funcionamento da eleição legislativa marcada para março de 1906. A regulação das eleições era amplamente desfavorável às classes mais pobres. Apenas os trabalhadores de fábricas com mais de cinquenta funcionários poderiam participar do sufrágio, limitando o direito de voto de milhões de operários e, além disso, a eleição era indireta. O eleitorado foi dividido em quatro grandes grupos, os quais escolhiam “eleitores de primeira classe”, que, por sua vez, elegiam os deputados. A relação entre o número de votantes comuns e o de eleitores de primeira classe variava de acordo com a categoria. Na fundiária, a proporção era de 1:2000; na chamada categoria “urbana” (das classes urbanas propriamente ditas) era de 1:4000; na camponesa, 1:30.000; e na operária, 1:90.000 (BLOBAUM, 1992, p. 211). Era evidente que a legislação eleitoral visava controlar o resultado das eleições legislativas, garantindo à Duma, que era restrita, um perfil conservador alinhado ao czarismo. Nicolau II, considerado o “poder autocrático supremo”, foi declarado sagrado e inviolável, o único que podia propor mudanças nas Leis Fundamentais, detendo, portanto, poderes executivos completos (LEVIN, 1966, p. 14).

Com maior legitimidade social, o governo também pode aumentar a repressão, que em pouco tempo ganhou proporções de uma

---

<sup>3</sup> O texto do manifesto está disponível em: <https://www.marxists.org/history/ussr/events/1905/october-manifesto.htm>. Acesso em: 18/05/2024.



contrarrevolução. Luxemburgo acompanhou de perto a Revolução de 1905, tanto em sua fase ascendente quanto em seu declínio. No fim de dezembro de 1905, foi à Polônia, onde acabou presa em março de 1906. Após a atuação da social-democracia alemã para liberá-la, foi para a Finlândia, de onde pode retornar à Alemanha. Nesse período, Luxemburgo escreveu a brochura “Greve de massas, partido e sindicatos”, e que tinha por objetivo convencer a militância do SPD, em particular os sindicalistas, da relevância política da tática da greve de massas. Outra referência do período, ainda que menos conhecido, é o conjunto de textos “Em um momento revolucionário, o que vem a seguir?”, escrito em polonês e publicado na revista da SDKPiL entre 1905 e 1906.<sup>4</sup>

À medida que a contrarrevolução avançava, contudo, a reflexão de Luxemburgo passou a se concentrar sobre um outro aspecto: como explicar a retirada das massas que, entre 1905 e 1906, haviam feito tremer os fundamentos do Império Russo? Essa questão aparece desenvolvida no artigo “Lições das três dumas”, publicado em 1908, o qual analisaremos na próxima seção.

## **2. Do impasse político à ação: a importância do texto “Lições das três Dumas”**

Após a consolidação da contrarrevolução, Rosa Luxemburgo passou a refletir sobre os motivos pelos quais a Revolução iniciada em 1905 não tinha chegado a seus objetivos de finalmente derrotar o czarismo e implantar uma república democrática. “A lição das três Dumas”, texto publicado na revista teórica do SDKPiL, “Przegląd Socjaldemokratyczny”, em maio de 1908, aponta para o drama da social-democracia do Império após a derrota.

E, bem, nos encontramos novamente naquele típico ciclo vicioso no qual a atividade socialista estava presa nos longos

---

<sup>4</sup> Em 1905 e 1906, Luxemburg publicou três artigos relacionados em polonês com o mesmo título: “Z doby rewolucyjnej. Co dalej?” (Em uma hora revolucionária, o que vem depois?). O primeiro foi publicado na edição de abril de 1905 do Czerwony Sztandar, nº 25, pp. 1-4. O segundo foi escrito como um suplemento da edição de maio de 1905 do Czerwony Sztandar, nº 26, na forma de um panfleto publicado em Cracóvia. O terceiro foi escrito enquanto ela estava na prisão, entre março e abril de 1906, e foi publicado como um panfleto em no Czerwony Sztandar em junho de 1906 (HUDIS, REIN, 2022).



anos antes da revolução: As fileiras revolucionárias respondem à repressão do absolutismo com um silêncio fraco. Mas como se pode quebrar essa fraqueza e chamar a resistência, quando se tornou impossível para as fileiras revolucionárias se reunirem, agirem e se dirigirem por falta desses mesmos direitos e liberdades? Assim, a social-democracia está novamente diante de uma esfinge que se eleva até a superfície da sociedade toda vez que a força criativa da revolução se afunda em suas profundezas e se esconde nas fundações: esta esfinge é a imobilidade das massas. [...] Como a classe trabalhadora apenas se retira e fica quieta, a fadiga e a fraqueza parecem ser seu estado "natural", e a tarefa de conduzi-la deste estado pertence à Social-Democracia - uma tarefa insolúvel, como a face de pedra de uma esfinge (LUXEMBURG, 2022, p. 376 - tradução nossa).

Para além das restrições impostas à Duma, as eleições legislativas ocorreram sob a vigência de uma lei marcial. Não era de espantar que a maioria dos partidos socialistas do Império Russo tivessem decidido boicotar as eleições legislativas para a primeira Duma, cujos trabalhos foram abertos no dia 27 de abril de 1906 e durou 73 dias, até 8 de julho, quando foi dissolvida pelo czar Nicolau II em um esforço para manter seu poder. O partido que ganhou a maioria dos assentos na Primeira Duma foi o partido Constitucional Democrático ("Konstitutsionno-demokraticheskaya partiya"), mais conhecido pelas letras K-D ou pelo acrônimo "Kadet", e que defendia um modelo liberal de monarquia constitucional.

A Segunda Duma esteve em sessão de 23 de fevereiro a 3 de junho de 1907 e incluiu representantes de partidos revolucionários como os bolcheviques, mencheviques e socialistas revolucionários que haviam boicotado a Primeira Duma. A dissolução da Segunda Duma, chamada na época de "o golpe de junho de 1907", ocorreu depois que o primeiro-ministro Pyotr Stolypin acusou os social-democratas de planejarem uma insurreição. Depois de alterar as leis eleitorais para conceder mais poderes aos proprietários rurais, o czar permitiu a formação da Terceira Duma, muito mais complacente, em 7 de novembro de 1907; ela foi dissolvida em 9 de junho de 1912.

O czarismo não hesitou em utilizar todos os meios de que dispunha para limitar o pouco espaço que havia cedido no período de ascensão da Revolução de 1905. Nota-se, dessa forma, uma das razões pelas quais as



massas se retiraram temporariamente da ação política. Ao não se sentirem representadas no simulacro de democracia que foi instituído, caracterizada por aspectos meramente formais mas sem dispor da capacidade de garantir avanços sociais ou de controlar as arbitrariedades políticas cometidas pelo czarismo, as massas não retomaram as ruas para defendê-la. Como menciona Rosa Luxemburgo:

O destino da Primeira Duma predeterminou o da segunda, e ainda assim a Segunda Duma não foi uma simples repetição da mesma “comédia”, mas outra fase no caminho do desenvolvimento. Convencido, após a dissolução da Primeira Duma, de que não poderia estabelecer um sistema constitucional e tomar o poder governamental por meios parlamentares, o liberalismo foi forçado a diminuir suas aspirações. [...] O resultado lógico dos experimentos da Primeira e Segunda Dumas, bem como a próxima fase de seu desenvolvimento, tinha de ser (...) a atual [Terceira] Duma. Desta vez, o funcionamento do parlamento não é apenas um meio fútil de dar um golpe revolucionário, nem é um meio de oposição liberal impotente; agora ele serve diretamente como um instrumento da contrarrevolução. Da Primeira à Terceira Duma, o sistema parlamentar passou por um ciclo completo de desenvolvimento (LUXEMBURG, 2022, p. 381-382).

Ao vincular o descenso da revolução a face democrática que foi implementada na Rússia, Rosa Luxemburgo indica que a situação política de estagnação do império não era um dado natural. tratava-se de uma consequência da frustração das massas em relação às mudanças superficiais ocorridas no sistema político Russo. Essa análise a permitia extrair duas consequências relevantes. Em primeiro lugar, as massas poderiam voltar às ruas caso percebessem a possibilidade das transformações políticas reais pelas quais lutaram durante a revolução. Em segundo lugar, se, por um lado, a farsa democrática implementada com o Manifesto de Outubro garantia a manutenção do czarismo no poder, por outro, indicava também a incapacidade dos setores liberais em manter sua autonomia política e cumprir seu projeto político de garantir uma Monarquia Constitucional efetiva. Aliada ao czarismo, a burguesia Liberal do império viu-se obrigada a restringir o escopo da sua ação política a cada momento em que o Czar decidia dissolver a Duma e convocar novas eleições legislativas dentro de



um formato cada vez mais restrito. essa redução das possibilidades políticas da burguesia liberal foi precisamente analisado e percebida por Luxemburgo que afirmava que

a atual fase de estagnação mostra não apenas a fraqueza do proletariado, mas algo mais - perdoe-me a ideia - o colapso e a desintegração do liberalismo burguês! No período entre a Primeira e a Segunda Dumas e entre a Segunda e a Terceira, ocorreram mudanças graduais nos partidos burgueses para o lado da contrarrevolução [...] No decorrer do último ano, a burguesia russa não apenas não demonstrou desejo de estar à frente de uma "revolução burguesa", como também passou a apoiar o absolutismo (LUXEMBURG, 2022, p. 377).

Analisadas em seu conjunto, as três Dumas podiam ser compreendidas como episódios distintos da crise política do czarismo e do liberalismo, que já não conseguiam se diferenciar. A única classe que poderia portanto desenvolver uma ação política autônoma e levar a cabo a derrubada do czarismo, a implementação de uma república e de uma verdadeira democracia era, portanto, a classe trabalhadora.

O conjunto de tensões sociais e políticas que se acumulavam no império faria com que em algum momento as massas retomassem o palco da atuação política. Luxemburgo compreendia a revolução de 1905 como um momento importante da ação política da classe trabalhadora. O triunfo da contra-revolução e a manutenção do czarismo não significavam o fim da possibilidade de uma revolução socialista, uma vez que ela não se desenvolve de forma linear. De acordo com Luxemburgo:

A base de tais expectativas é a visão da revolução como um golpe estritamente político para o qual se presume que a sociedade esteja internamente pronta e totalmente madura. Toda revolução, no entanto, é uma revolução social, ou seja, a sociedade passa por um período de amadurecimento interno extraordinariamente concentrado: um período de rápida formação de classe, diferenciação e autoconsciência. O curso retilíneo do golpe político se dobra e se cruza ao longo desse processo de maturação de classe, interrompendo periodicamente a atividade revolucionária externa a fim de absorver seus resultados e reunir material para operações de longo prazo (LUXEMBURG, 2022, p. 379).



Além disso, Luxemburgo percebia que o sucesso final de uma revolução socialista é determinado não em um âmbito nacional, mas em escala mundial. Caso a classe trabalhadora tivesse conseguido tomar o poder na Revolução de 1905 mas permanecesse isolada internacionalmente, Luxemburgo percebia que o governo socialista duraria pouco tempo. Mesmo assim, o triunfo, ainda que temporário, da revolução seria fundamental, pois encorajaria a luta da classe trabalhadora em outros países e

porque, uma vez que os trabalhadores tenham o poder, eles poderão não apenas realizar as tarefas da revolução atual diretamente - realizando a liberdade política em todo o Estado russo - mas também estabelecer a jornada de trabalho de oito horas, acabar com as relações agrárias e, em uma palavra, materializar todos os aspectos de seu programa, desferindo os golpes mais fortes que puderem no domínio burguês e, dessa forma, acelerar sua derrubada internacional (LUXEMBURG, 2022, p. 392-393).

Ainda que a contrarrevolução acabasse por se impor, parte das medidas tomadas pelo governo socialista não poderiam ser completamente revertidas, sob a pena de incitar um novo período de ação política revolucionária. Assim, o período seguinte de lutas da classe trabalhadora poderia partir de um patamar material e politicamente superior. O fortalecimento da atuação da classe trabalhadora é, portanto, mais importante para o avanço das conquistas políticas e sociais do que a estabilidade das "instituições democráticas", uma vez que "uma 'constituição' não é uma declaração no papel, mas uma relação material de forças que é mais forte do que a aparência ideológica das coisas" (LUXEMBURG, 2022, p. 385). Logo, para Luxemburgo, o caminho da revolução seria marcado por vitórias e derrotas,

no entanto, por nenhum outro caminho o proletariado internacional inteiro pode marchar para sua vitória final. Devemos propor a revolução socialista não como um salto repentino, concluído em vinte e quatro horas, mas como um período histórico, talvez longo, de turbulenta luta de classes, com intervalos breves e prolongados (LUXEMBURG, 2022, p. 393).



Se a ação política da classe trabalhadora ocupa um lugar central na reflexão de Luxemburgo em “Lições das três Dumas”, não se pode deixar de perceber que, por vezes, a certeza que a autora deposita na revolução socialista aparece amparada em certa interpretação economicista, marca dos seus primeiros textos (LOWY, 2021, p. 16). Luxemburgo afirma que, no caso do Império Russo,

a ação revolucionária e a vitória proletária tornaram-se historicamente inevitáveis, exatamente na mesma medida em que a abolição do absolutismo é uma necessidade histórica, ou seja, como o resultado inevitável e condição do desenvolvimento capitalista da Rússia. Esse mesmo desenvolvimento capitalista que tornou essencial tanto o sistema burguês moderno quanto a atual “revolução burguesa” na Rússia também tornou a vitória revolucionária e a ditadura do proletariado, como demonstraram os acontecimentos dos últimos três anos, instrumentos essenciais dessa revolução (LUXEMBURG, 2022, p. 387).

Se o entusiasmo pelo avanço da Revolução fez a análise de Luxemburgo se distanciar da rigidez inerente ao esquema “base - superestrutura”, a passagem da Primeira à Terceira Dumas trouxe-a de volta ao refúgio da “dialética histórica”, segundo a qual a revolução estaria inscrita no acirramento das contradições da economia capitalista (LOUREIRO, 2019, p. 103). Tudo se passava como se no período revolucionário, marcado pela ação espontânea das massas, que eletriza e chacoalha até a parte mais inerte da classe trabalhadora, a realidade se deslocasse do formato normal de funcionamento. Se no período “normal”, a economia ditava as possibilidades da política, na revolução, a fronteira entre ambas seria superada. Então, na contrarrevolução, uma vez imposta “a ordem”, a economia recuperaria sua primazia.

## Conclusão

A reflexão de Luxemburgo sobre o contexto político do Império Russo após a derrota da Revolução de 1905 pode lançar luz sobre os desafios políticos contemporâneos, ainda que, evidentemente, não seja possível extrair uma solução pronta. Há três pontos que, em particular, merecem atenção. Em primeiro lugar, a inação das massas não é um dado



permanente. As tensões crescentes do funcionamento do modo de produção capitalista tendem a gerar revoltas cujo potencial de ruptura não pode ser menosprezado.

A Revolução Russa de 1917 é um exemplo disso. A explosão revolucionária, tão esperada desde o “ensaio geral” de 1905 se apresentara. No dia 23 fevereiro, dia 08 de março pelo calendário gregoriano, as mulheres organizaram uma manifestação no dia Internacional das Mulheres, que acabou mobilizando uma multidão que tomou as ruas de Petrogrado por dias. A Quarta Duma, cujo mandato já havia se encerrado, apelou ao czar para que nomeasse um novo gabinete ministerial e pediu que a legislatura não fosse encerrada até que a crise social fosse debelada, sem obter sucesso em nenhum dos seus pleitos.

Em visita ao quartel general do exército em Mogilev, atual Bielo-Rússia, o czar limitou-se a enviar um telegrama para a polícia da cidade exigindo que a desordem fosse controlada imediatamente. Contudo, em franca decomposição, as forças policiais não conseguiram conter o avanço dos protestos e a guarnição militar deslocada para a capital somou-se a eles. No dia 28 de fevereiro, o comandante militar da capital informou ao czar que a multidão havia tomado controle das estações de trem, suprimentos militares e toda a cidade. A guarnição tinha poucos soldados sob seu comando e os telefones já não funcionavam (FITZPATRICK, 1994, p. 44).

Com o apoio de um comitê da Duma, o alto comando do exército propôs ao czar que abdicasse como forma de debelar a multidão que ocupava Petrogrado. Assim, no dia 02 de março o czar abdicou em favor do seu irmão, que, contudo, não chegou a assumir o trono. Dessa forma, a Rússia deixava de ser uma monarquia e um auto-nomeado “governo provisório” se encarregou de administrar o país até a convocação de uma Assembleia Constituinte, que deveria determinar a futura forma de governo do país (FITZPATRICK, 1994, p. 45).

Há outros exemplos mais recentes que indicam que não existe passividade política permanente. A “primavera árabe”, em 2011, sacudiu vários regimes aparentemente “estáveis”. A partir do fim de 2018, explode no Sudão um segundo ato da “primavera”, disparado pelo aumento do preço do pão, derrubando o ditador al-Bashir, com trinta anos à frente do Estado, após mil mortos. Na Argélia, na sequência, o Hirak (“movimento”) contra mais um mandato para o presidente Boutleflika (que já estava há vinte anos



e que desistirá de sua empreitada) e no Egito novamente em setembro de 2019 (TIBLE, 2021, p. 13).

O segundo ponto relevante que podemos extrair das formulações de Luxemburgo diz respeito aos limites da saída contrarrevolucionária. Ao adotá-la, a classe dominante indica que já não pode oferecer uma alternativa política que se apresente como universal. Trata-se, portanto, de uma constatação de fragilidade da ordem estabelecida que depende cada vez mais da repressão (LUXEMBURG, 2022, p. 378).

O terceiro aspecto diz respeito à ação que eventuais governos socialistas devem adotar. Ainda que temporários e sob a ameaça da contrarrevolução, cabe aos governos socialistas aplicar ao máximo possível um programa de avanços sociais e de fortalecimento político da classe trabalhadora. Assim, Luxemburgo lança um alerta sobre os riscos de uma pactuação com a classe dominante em troca de uma suposta estabilidade das “instituições”, a qual a própria classe dominante não hesita em sabotar.

Não se pode ignorar, contudo, que a situação atual também guarda diferenças relevantes em relação ao período em que Luxemburgo desenvolveu suas reflexões. Os grandes partidos socialistas de massa já não possuem o mesmo tipo de capilaridade de outrora e a utopia de uma revolução socialista que permita a superação do modo de produção capitalista foi duramente desacreditada após a queda do socialismo real. O avanço do individualismo e de diferentes tipos de opressões, como o racismo, o machismo e a xenofobia, têm se combinado na defesa do capitalismo, o qual já não se pode descolar de uma dimensão moral e social reacionária. Esses aspectos, combinados à crise ecológica, reforçam a constatação de que o modo de produção capitalista se combina já há algum tempo com a barbárie, cuja alternativa, como ressaltou Luxemburgo, é o socialismo.

## Referências

- ABRAHAM, Richard. **Rosa Luxemburg: A Life for the International**. New York: Berg Publishers, 1989.
- BLOBAUM, Robert. The SDKPiL and the Polish Question (Revisited). In: Morison John (eds). **Eastern Europe and the West**. Selected Papers from the Fourth World Congress for Soviet and East European Studies, Harrogate, 1990. London: Palgrave Macmillan, 1992, p. 207-218.



- FITZPATRICK, Sheila. **The Russian Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1994
- FRANKEL, Jonathan. **Prophecy and Politics**. *Socialism, Nationalism and the Russian Jews, 1862-1917*. London: Cambridge University, 1981.
- FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo: pensamento e ação*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HUDIS, Peter; REIN, Sandra (eds.). **The Complete Works of Rosa Luxemburg**, v. IV: Political Writings 2: On Revolution: 1906-1909. London: Verso, 2022.
- LEVIN, Alfred. **The Second Duma**; A study of the social-democratic party and the Russian constitutional experiment. Hamden: Archon Books, 1966.
- LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo, UNESP, 2019.
- LOWY, Michael. **A significação metodológica da palavra de ordem "socialismo ou barbárie"**. In: LOWY, Michael. *Rosa Luxemburg: a fagulha incendiária*. São Paulo, Alameda, 2021, pp. 13-28.
- LUXEMBURG, Rosa. **Gesammelte Werke**. v. 1.1, Berlim: SED, 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos**. v. 1. São Paulo: Unesp, 2011.
- LUXEMBURG, Rosa. **Complete Works**. v. 4. Londres: Verso, 2022.
- MILLS, Dana. **Rosa Luxemburg**. Londres: Reaktion Books, 2020.
- SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- TIBLE, Jean. **Política selvagem**. 2022. Tese (Livre Docência em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- ZIMMERMAN, Joshua. **Poles, Jews, and the Politics of Nationality: The Bund and the Polish Socialist Party in Late Tsarist Russia, 1892–1914**. Madison: Universidade de Wisconsin, 2004.

Recebido em 22 mai. 2024 | aceite em 27 jun. 2024

